

Lex

10.º CONGRESSO

REUNIÃO ANUAL DEBATE
O FUTURO DA ARBITRAGEM

OPINIÃO

O NOVO REGULAMENTO SOBRE
PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CONCORRÊNCIA FISCAL

Eleições nos EUA podem ser mais arriscadas que Brexit

Trabalho de anos
no processo de
coordenação fiscal
internacional pode
evaporar-se,
alerta Ana Paula
Dourado.



ANA PAULA DOURADO ESPECIALISTA EM DIREITO FISCAL INTERNACIONAL

“Eleições nos EUA podem ser ainda mais arriscadas do que o Brexit”

O Brexit somou um grande grau de incerteza ao processo de coordenação fiscal internacional em curso. Mas, ainda mais preocupante que o Brexit, seria uma mudança de agulha na posição dos EUA. O trabalho de vários anos arrisca-se a ir por água abaixo, reavivando os nacionalismos fiscais, diz Ana Paula Dourado.

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt

Com o Reino Unido (RU) de saída, a União Europeia (UE) terá mais liberdade para avançar com alguns dossiês fiscais que os britânicos vinham travando. Mas, para que o aprofundamento da harmonização fiscal traga dividendos, é preciso que a UE não perca posição nas negociações de saída e, mais ainda, que não haja um retrocesso na coordenação fiscal internacional, diz a fiscalista Ana Paula Dourado. Para já, está tudo em aberto.

Durante a campanha ouviram-se dois tipos de argumentos: o “leave” dizia que a UE impede o RU de combater a evasão fiscal das multinacionais; o “remain” que a UE é que punha um freio ao RU e que um Brexit colocará um paraíso fiscal às portas da Europa. Olhando para o posicionamento histórico do RU, quem tem razão?

O RU tem tido tradicionalmente uma posição muito autónoma dentro da UE. Tem sido muito mais favorável à flexibilidade e contra uma harmonização fiscal.

O Brexit pode constituir uma ameaça à UE, ou dá-lhe uma oportunidade para avançar em dossiês que estavam parados devido à resistência do RU?

As duas coisas – tudo depende de como evoluírem agora as negociações e também da reacção dos outros blocos económicos.

Começamos então pelos dossiês que o RU vinha bloqueando.

Em termos de harmonização, podemos supor que os Estados que

acompanham o RU numa perspectiva mais nacionalista – Estados do Leste, Irlanda, Malta, Países Baixos – ficarão mais isolados, e que ganhará mais força a posição alemã, francesa, italiana e espanhola.

E aí, coloca-se desde logo a definição do que é “concorrência fiscal prejudicial” no âmbito do Código de Conduta: a Alemanha quer que seja considerado o critério da tributação efectiva e não o das taxas nominais [ou seja, se uma empresa não pagar efectivamente pelo menos x% sobre os lucros num determinado Estado, cai na definição de planeamento fiscal agressivo]. Além disso, a CE pretende aplicar os critérios de auxílios de Estado também aos Estados não membros, ou seja, que eles cumpram com os nossos critérios. Quem não aderir pode enfrentar sanções, nomeadamente retenções na fonte para o investimento estrangeiro que venha de países que não cumpram com auxílios de Estado e uma proibição de financiamento de fundos europeus junto desses Estados que não cumpram. Talvez agora haja alguma abertura para avançar com este pacote também.

E a tributação consolidada das empresas?

A consolidação fiscal de base comum (CCCTB) vai cair. A Alemanha foi o grande impulsionador da iniciativa, mas depois de os estudos de impacto terem chegado à conclusão de que o país perderia, os alemães deixaram de ter interesse. A Comissão avançou então para uma nova metodologia, que passa pela harmonização de bases tributáveis. E é aí que estamos a trabalhar. É uma pena porque o CCCTB redu-



Dantes dizia-se que a concorrência levaria a uma corrida para a tributação zero, mas hoje em dia os Estados já pagam para o investimento entrar. Este jogo de soma negativa enfraquece todos.

ziria terrivelmente o planeamento fiscal a nível europeu e era bom para os negócios, porque eliminava as duplas tributações. Como o sector privado é um grande defensor da medida, agora com a saída do RU, que era outro dos opositores, pode ser que ela ganhe novo fôlego.

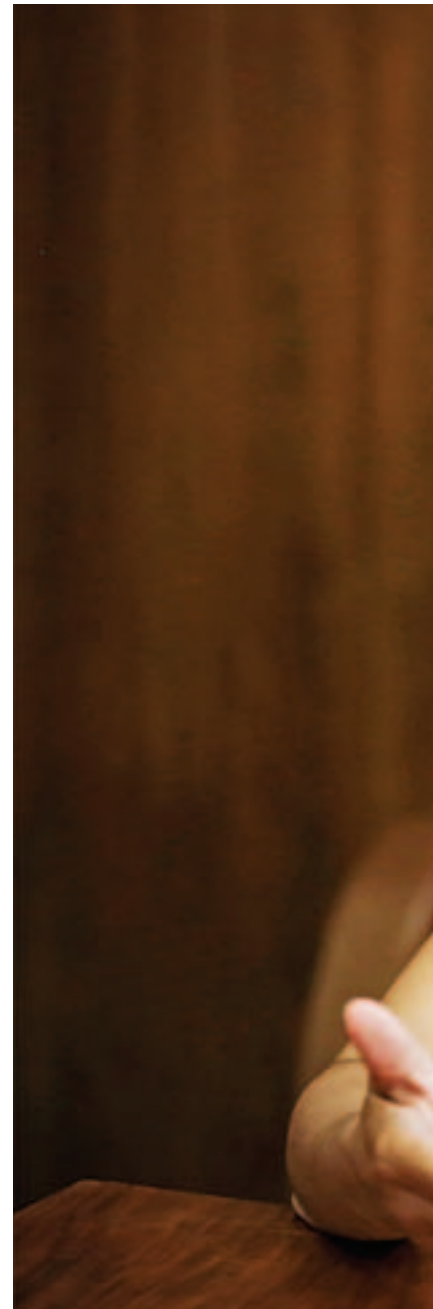
A taxa Tobin também fica com caminho mais livre?

O RU também não queria o imposto e até suscitou a sua incompatibilidade com o direito europeu, mas não me parece que seja uma prioridade europeia. Em minha opinião, até acho que bem, porque considero a taxa um erro. Teria sido preferível retirar a isenção em IVA ao sector financeiro, como fazem

muitos Estados. Outra questão é da lista única sobre paraísos fiscais que a CE tem proposto desde Dezembro de 2012 e à qual o RU resistia.

Para Portugal era melhor ter o RU a fazer o contraponto às pretensões de uma Alemanha ou ao contrário?

A resposta a essa questão tem mais a ver com a postura perante os impostos do que propriamente com interesses nacionais. Neste momento, com as economias abertas – se assim continuarem – o correcto é pensar nos interesses dos Estados na ordem global. O que interessa neste momento é a coordenação. E isso interessa também a Portugal, porque a lógica da concor-





PERFIL

Uma adepta da coordenação

Ana Paula Dourado acompanha há já quase duas décadas as negociações em matéria de fiscalidade internacional, sendo hoje em dia uma das maiores especialistas nacionais na área. Embora lhe aponte algumas fragilidades, a professora da Faculdade de Direito de Lisboa e vice-presidente do IDEFF, é uma adepta dos passos que foram dados nos últimos anos para uma maior coordenação fiscal à escala global. É membro da Plataforma da União Europeia para a Boa Governação Fiscal e consultora do FMI.

rência fiscal no jogo de soma negativa não é do interesse de nenhum Estado. Enfraquece todos. Antigamente dizia-se que a concorrência levaria a uma corrida para a tributação zero, mas hoje em dia já nem é uma corrida de soma zero porque os Estados já pagam para o investimento entrar, subsidia-se o investimento.

Já há Estados a tentar atrair as multinacionais que estão com receio de ficar no RU. Mas é possível que o Reino Unido não só não perca essas empresas como reforce a sua posição?

Dependerá muito das negociações e de saber quem vai exercer maior poder negocial: se é a UE, que

recusa uma negociação ‘à la carte’, ou se vai ser o RU a ditar as regras. Se o RU conseguir um estatuto semelhante ao da Suíça, fica com o melhor dos mundos: beneficia de algumas directivas europeias mais favoráveis [como a dos juros e royalties] e, ao mesmo tempo, consegue ter autonomia na sua política fiscal. Se a UE conseguir que o RU adira ao Espaço Económico Europeu (EEE), beneficia das liberdades fundamentais, mas não beneficia das directivas. Sem acordo, no limite, ficam fora do EEE, perdem as liberdades fundamentais, excepto a livre circulação de capitais, e também perdem as directivas.

E em matéria de auxílios de Es-

tado?

Se os auxílios de Estado ficarem como estão, para o RU há uma grande vantagem em sair porque podem ter políticas de atracção de investimento à vontade sem quaisquer restrições – os auxílios de Estado são a política mais forte de que a CE dispõe. Se a Comissão conseguir impor o tal pacote em que as regras de auxílios de Estado sejam exportadas, o Reino Unido fica a perder.

Estamos ainda em terrenos movediços, mas podemos concluir que se o eixo franco-alemão der passos firmes na harmonização, o RU fica isolado?

É muito difícil dizer que o processo vai ser bom para nós. Se con-

seguirmos avançar na harmonização, isso é fundamentalmente bom como exemplo mundial. Porque isto tem de ser acompanhado pelos outros blocos económicos, como a China, a Índia, os EUA. E a posição dos EUA é muito dúbia. Há o risco de a Europa avançar e o RU e os EUA boicotarem todo este processo de tentativa de coordenação através do BEPS e avançarem para um processo de concorrência fiscal.

Se as eleições nos EUA ditarem uma alteração de posicionamento, o que é que isso traz?

Isso será muito preocupante. É a situação mais preocupante.

Preocupa-a mais do que o Bre-

xit?

Numa perspectiva internacional, sim. Porque se voltarmos a uma política nacionalista, de atracção unilateral de investimentos, toda esta coordenação deixa de existir e os desequilíbrios mundiais vão-se acentuar. E nos impostos não se conseguirá fazer muito – aumentará a concorrência fiscal.

Voltaríamos à estaca zero?

Excepto na troca automática de informações, onde o processo é imparável. Agora, em relação ao investimento, não será a mesma coisa. A menos que a Comissão avançasse com o CCCTB – essa seria a melhor arma da União para atrair as multinacionais. ■